

## COMISSÃO DE MINAS E ENERGIA

### REQUERIMENTO Nº     ,DE 2007 (Da Sra. ROSE DE FREITAS)

Requer que sejam convidados os Srs. **Odair Dias Gonçalves**, Presidente da Comissão Nacional de Energia Nuclear (CNEN), **Rogério dos Santos Gomes**, Diretor-Presidente da Associação dos Fiscais de Radioproteção e Segurança Nuclear (AFEN), e **André de Vasconcelos Dias**, Procurador do Ministério Público Federal em Angra dos Reis, para realizar exposição sobre o tema da estrutura disponível no Estado Brasileiro para a garantia da radioproteção e segurança nuclear da população.

Senhor Presidente:

Requeiro a Vossa Excelência, com base no art. 24, Inciso III, IV e XIV do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, que seja convidado os Srs. **Odair Dias Gonçalves, Presidente da Comissão Nacional de Energia Nuclear (CNEN), Rogério dos Santos Gomes, Diretor-Presidente da Associação dos Fiscais de Radioproteção e Segurança Nuclear (AFEN) e o Exmo Sr. Procurador Federal André de Vasconcelos Dias, do Ministério Público Federal em Angra dos Reis**, para que apresentem o quadro da estrutura do Estado Brasileiro para a garantia da segurança nuclear no país, de forma a que esta Comissão possa se inteirar mais detalhadamente sobre o assunto, inclusive quanto as diretrizes políticas e ações que devam ser adotadas, para maior garantia da segurança da população frente à atividade nuclear.

### JUSTIFICAÇÃO

Há uma grande discussão no país, referente à aprovação, ou não, da ampliação da atividade nuclear, com a construção da usina nuclear de Angra III, além da elaboração de um novo Programa Nuclear que contempla a construção de sete novas usinas nucleares.

Face ao exposto, faz-se necessário avaliarmos em profundidade os instrumentos e a estrutura existentes no Estado Brasileiro para que a atividade nuclear se desenvolva dentro de limites aceitáveis de segurança, com o objetivo de evitar danos à população e ao meio ambiente.

Não se pode negligenciar a necessidade de manter a atividade nuclear dentro de rígido balizamento operacional e logístico com o objetivo de evitar à população e ao meio ambiente os efeitos danosos advindos do mau uso desta tecnologia. Neste sentido é oportuno que tenhamos a real dimensão de como é exercida a fiscalização, referente à garantia da operação segura, das instalações nucleares no Brasil e suas bases legais.

O momento é muito apropriado para que esta Comissão possa se inteirar mais detalhadamente sobre o assunto, inclusive quanto as diretrizes políticas e ações que devam ser adotadas, para maior garantia da segurança da população frente à atividade nuclear.

ROSE DE FREITAS  
Dep.Federal–PMDB/ES

